

**COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS
DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos

Administradores e Acionistas

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN

Natal – RN

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião adversa sobre as demonstrações contábeis

(1) A Companhia não procedeu a adequação do ICPC 01 que trata de contratos de concessão, seu reconhecimento e mensuração, e, portanto, não reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário de acordo com essa interpretação. Diante de tais circunstâncias ficamos impossibilitados de avaliar e opinar sobre os novos procedimentos que deveriam ter sido aplicados, bem como identificar o montante e impacto no resultado da Companhia.

(2) Os controles internos mantidos pela Companhia com relação aos grupos “Ativo Circulante e Ativo Não Circulante – Contas a receber de clientes e outros recebíveis e provisão para créditos de liquidação duvidosa”, não nos possibilitaram a aplicação de determinados procedimentos de auditoria, que e, conseqüentemente, nos permitiriam concluir sobre a adequação dos saldos dessas contas, e também, sobre a correção do valor das correspondentes receitas operacionais líquidas, das despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(3) Os controles internos mantidos pela Companhia com relação ao grupo “Ativo Não Circulante – Imobilizado” não são satisfatórios, principalmente em função das fragilidades nos processos de transferências dos bens provenientes das obras em andamento para o imobilizado técnico. Essas inconsistências não nos possibilitaram a aplicação de determinados procedimentos de auditoria, e também, concluir sobre a adequação das despesas com depreciação registradas no seu resultado.

(4) Embasada no CPC 07, que trata de subvenção e assistência governamentais, a Companhia optou por registrar no grupamento do “Passivo Não Circulante – Receita diferida” os valores provenientes de repasses do Orçamento Geral da União – OGU recebidos a título de convênios para construção de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios do Estado do Rio Grande do Norte, passando a ser reconhecida como receita em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. Sucede que, pela falta de controle atualmente existente para bens componentes do patrimônio da Companhia, com grandes atrasos na capitalização de obra finalizada como bem componente do imobilizado técnico, esta prática deverá comprometer o registro da receita de subvenção na proporcionalidade da sua depreciação. Não foi possível mensurar os efeitos da adoção desta prática nas demonstrações contábeis.

(5) A companhia não procedeu a contabilização, no grupo “Passivo Circulante – Fornecedores e outras contas a pagar”, da provisão de honorários advocatícios contratuais junto ao fornecedor de serviço De Rosa, Siqueira, Almeida, Barros Barreto e Advogados Associados em decorrência de ação jurídica em que obteve êxito junto ao município de Natal que cobrava à título de Imposto sobre Serviço (ISS) a quantia atualizada de R\$ 157.672.913. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2015, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão superavaliados em aproximadamente R\$ 15.767.291, valor este equivalente a 10% do valor da causa atualizada, líquido dos efeitos tributários.

Opinião adversa sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, devido à relevância dos efeitos mencionados no parágrafo base para opinião adversa (1) a (5), as demonstrações contábeis acima referidas não representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

(1) Conforme descrito na nota explicativa nº 2 as demonstrações contábeis não estão adequadas às normas internacionais de contabilidade. No caso da Companhia suas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), no que se refere a: i) registro dos ativos de concessão, considerados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, no Ativo Imobilizado, enquanto que para fins de IFRS, são Ativos Intangíveis; ii) registro de ativos contingentes, registrados pelas práticas contábeis no Brasil, enquanto que para fins de IFRS não são reconhecidos; iii) ativos imobilizados, nas normas contábeis adotada no Brasil inclui bens da concessão, enquanto que para fins de IFRS considera somente bens não vinculados a concessão.

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Natal (RN), 08 de abril de 2016.

Chronus Auditores Independentes S/S

CRC – PE – 000.681/0 – 5 “S” – RN

Rosivam Pereira Diniz

Contadora – CRC – PE – 014050/O-4 - “S” – RN

George Claudio Martins Rodrigues

Contador – CRC – PE – 016212/O-3 - “S” – RN

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota Explicativa	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	59.007.720	76.641.250
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	4	86.672.294	59.857.675
Estoques	5	26.262.512	37.794.592
Impostos a Recuperar	6	8.030.079	6.457.047
Adiantamentos		489.836	297.622
Depósitos judiciais	15	838.859	959.368
Despesas do exercício seguinte		-	3.065
Total do Ativo Circulante		<u>181.301.300</u>	<u>182.010.619</u>
Ativo Não Circulante			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	4	5.398.032	4.441.234
Créditos fiscais	7	33.133.853	26.975.343
Outros créditos de subvenções	16	429.390	1.820.685
Investimentos		21.171	21.171
Imobilizado líquido	8	860.641.399	789.039.838
Total do Ativo Não Circulante		<u>899.623.844</u>	<u>822.298.271</u>
Total do Ativo		<u>1.080.925.144</u>	<u>1.004.308.890</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014
Passivo			
Passivo Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	9	32.558.919	42.540.463
Empréstimos e financiamentos	10	4.569.956	2.196.699
Obrigações tributárias	11	6.229.145	6.710.573
Obrigações sociais	12	19.961.395	17.086.232
Parcelamento de impostos	13	360.940	1.530.367
Parcelamento Cosem	14	13.670.277	10.729.669
Total do Passivo Circulante		77.350.632	80.794.003
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	10.385.336	7.613.768
Parcelamento de impostos	13	3.411.015	8.043.266
Parcelamento Cosem	14	126.604.458	126.746.452
Provisões para demandas judiciais	15	30.384.709	18.469.251
Receitas Diferidas	16	138.054.948	65.502.912
Total do Passivo Não Circulante		308.840.466	226.375.649
Patrimônio Líquido			
Capital social	17	852.715.877	833.571.706
Reservas de Capital		117.360.346	117.360.346
Reservas de Reavaliação		3.962.793	3.962.793
Prejuízos Acumulados		(283.688.418)	(276.899.779)
		690.350.598	677.995.067
Adiantamentos para futuro aumento de capital		4.383.448	19.144.171
Total do Patrimônio Líquido		694.734.046	697.139.238
Total do Passivo		1.080.925.144	1.004.308.890

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em reais

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u> (Reclassificado)
Operações			
Receita Líquida	18	481.050.623	439.719.787
Custo dos serviços prestados	19	(303.375.671)	(262.193.444)
Lucro bruto		<u>177.674.952</u>	<u>177.526.343</u>
Despesas administrativas	20	(104.510.254)	(90.247.339)
Despesas comerciais	21	(59.308.471)	(62.377.814)
		<u>(163.818.725)</u>	<u>(152.625.153)</u>
Lucro operacional		<u>13.856.227</u>	<u>24.901.190</u>
Receitas financeiras	22	5.863.517	5.444.412
Despesas financeiras	23	(29.499.852)	(24.277.821)
Resultado financeiro líquido		<u>(23.636.335)</u>	<u>(18.833.409)</u>
Lucro (prejuízo) líquido antes da Provisão do Imposto de Renda e da Contribuição Social		<u>(9.780.108)</u>	<u>6.067.780</u>
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	24	(730.392)	(2.760.887)
Diferenças temporárias para Imposto de Renda e Contribuição Social	24	3.721.861	1.564.786
		<u>2.991.469</u>	<u>(1.196.102)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u><u>(6.788.639)</u></u>	<u><u>4.871.679</u></u>
Lucro (prejuízo) líquido por ação do capital social no fim do exercício		<u><u>(0,008)</u></u>	<u><u>0,0058</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em reais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>(6.788.639)</u>	<u>4.871.679</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(6.788.639)</u></u>	<u><u>4.871.679</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015
Em reais

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Sub-Total	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	773.885.258	117.360.346	3.962.793	(281.771.458)	613.436.939	59.686.448	673.123.387
Aumento de Capital - AGO/AGE de 28/04/2014	59.686.448	-	-	-	59.686.448	(59.686.448)	-
Créditos recebidos para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	19.144.171	19.144.171
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.871.679	4.871.679	-	4.871.679
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	833.571.706	117.360.346	3.962.793	(276.899.779)	677.995.066	19.144.171	697.139.238
Aumento de Capital - AGO/AGE de 29/04/2015	19.144.171	-	-	-	19.144.171	(19.144.171)	-
Créditos recebidos para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	4.383.448	4.383.448
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(6.788.639)	(6.788.639)	-	(6.788.639)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	852.715.877	117.360.346	3.962.793	(283.688.418)	690.350.598	4.383.448	694.734.046

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em reais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>		
Lucro (prejuízo) do Exercício	(6.788.639)	4.871.679
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	33.090.604	32.086.698
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	23.439.703	27.551.165
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	751.267	132.104
Juros e variações monetárias sobre parcelamentos de impostos	62.416	1.061.074
Juros e variações monetárias sobre parcelamentos Cosern	21.484.972	8.278.469
	<u>72.040.323</u>	<u>73.981.188</u>
<u>Variações nos ativos e passivos</u>		
(Aumento) Diminuição dos ativos:		
Contas a receber e demais recebíveis	(51.211.120)	(41.500.894)
Estoques	11.532.080	(11.087.112)
Impostos a recuperar	(1.573.032)	(454.018)
Adiantamentos concedidos	(192.213)	138.509
Depósitos judiciais	120.509	2.321.838
Despesas do exercício seguinte	3.065	1.977
Créditos fiscais	(6.158.510)	(4.354.317)
Outros créditos de subvenções	1.391.295	(1.820.685)
Aumento (Diminuição) dos passivos:		
Fornecedores	(9.981.544)	7.487.926
Obrigações tributárias	(481.428)	(716.695)
Obrigações sociais	2.875.164	2.485.492
Provisão para Contingências	11.915.458	4.602.311
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	<u>30.280.045</u>	<u>31.085.519</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</u>		
Aquisição de imobilizado	(104.692.164)	(111.247.024)
Caixa líquido (usado nas) atividades de investimentos	<u>(104.692.164)</u>	<u>(111.247.024)</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</u>		
liberações de empréstimos e financiamentos	9.581.658	10.683.616
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(5.188.099)	(1.005.253)
Ingressos de parcelamentos de impostos	-	5.424.326
Amortizações de parcelamentos de impostos	(5.864.094)	(2.577.189)
Amortizações de parcelamentos de serviços	(18.686.360)	(8.688.067)
Receitas diferidas	72.552.036	65.502.912
Créditos para futuro aumento de capital	4.383.448	19.144.171
Caixa líquido oriundos das (usado nas) atividades de financiamentos	<u>56.778.589</u>	<u>88.484.517</u>
Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(17.633.530)</u>	<u>8.323.012</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	59.007.720	76.641.250
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	76.641.250	68.318.238
Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(17.633.530)</u>	<u>8.323.012</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em reais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u> (Reclassificado)
1. RECEITA BRUTA	529.275.216	483.320.113
1.1 Prestação de serviços de água e esgoto	528.885.379	483.181.373
1.2 Outras receitas	389.837	138.740
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(340.263.705)	(302.437.005)
2.1 Custo dos serviços prestados	(270.285.067)	(230.106.746)
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(69.978.638)	(72.330.259)
2.3 Outras despesas operacionais		
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	189.011.511	180.883.109
4. DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(33.090.604)	(32.086.698)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	155.920.907	148.796.411
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	5.863.517	5.444.412
6.1 Receitas financeiras	5.863.517	5.444.412
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>161.784.424</u>	<u>154.240.823</u>
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1 Pessoal	93.840.087	80.294.894
8.1.1 Remuneração direta, benefícios, FGTS, participação nos lucros	93.840.087	80.294.894
8.2 Impostos, taxas e contribuições	45.233.124	44.796.428
8.2.1 Impostos gerais (federais, estaduais e municipais)	45.233.124	44.796.428
8.3 Remuneração de capitais de terceiros	29.499.852	24.277.821
8.3.1 Juros e atualização monetária	29.499.852	24.277.821
8.4 Remuneração de capitais próprios	(6.788.639)	4.871.679
8.4.1 Reservas de lucros	(6.788.639)	4.871.679
TOTAL VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>161.784.424</u>	<u>154.240.823</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro 2015

Em reais

1. Contexto operacional

A **Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN**, com sede na Av. Senador Salgado Filho, 1555, Bairro do Tirol, município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, constituída mediante autorização da Lei Estadual nº 3.742 de 26 de junho de 1969, alterada pela Lei nº 4.747, de 06 de julho de 1978, é uma sociedade por ações, de capital fechado, em regime de economia mista.

São objetivos sociais da Companhia: a administração e a prestação dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o Estado do Rio Grande do Norte.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia atuava em 158 municípios no Estado do Rio Grande do Norte (153 em dezembro de 2014), em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário. Merecem destaque as 20 (vinte) maiores concessões de água e esgotos das quais a companhia é detentora:

Município	Faturamento Total 2015		Vencimento da Concessão ou Termo de Compromisso	Legendas
	em R\$	Quantidade de Consumidores		
Natal	227.226.174	264.412	30/04/2027	1
Mossoró	62.425.146	84.135	14/07/2025	1
Parnamirim	45.668.770	78.365	27/11/2010	3
Caicó	12.039.998	22.149	28/08/2041	1
Macaíba	8.772.245	14.969	30/08/2016	1
Assú	7.943.772	13.563	23/07/2029	1
Currais novos	6.228.879	12.160	31/12/2016	2
Macau	5.920.654	8.093	26.04.2033	1
Areia branca	5.021.835	7.119	31/12/2016	2
Nova cruz	4.933.013	9.726	17/12/2009	3
João Câmara	4.530.827	8.007	25/03/1995	3
Pau dos ferros	4.443.770	9.792	16/12/2029	1
Parelhas	4.041.523	6.589	31/12/2016	2
Apodi	3.997.101	7.452	05/10/2025	1
São José de Mipibu	3.978.124	7.029	31/12/2016	2
Caraúbas	2.938.346	5.458	26/04/2030	1
Monte alegre	2.800.841	5.461	31/12/2016	2
Goianinha	2.744.605	4.926	31/12/2016	2
Jucurutu	2.508.595	4.804	31/12/2016	2
São Paulo do Potengi	2.330.412	4.855	23/12/2029	1

Legendas:

- (1) Contrato regular.
- (2) Não há contrato, porém foi pactuado um termo de compromisso com o Município,
- (3) O Contrato está vencido e não possui nenhum documento que suporte a relação contratual entre a Companhia e o Município.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia estão apresentadas em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Base de preparação

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e não contemplam as adequações às normas internacionais.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancário, e aplicações financeiras que representam investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). Essas aplicações financeiras são apresentadas ao valor de realização, incluindo os rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.2 - Ativos financeiros

2.2.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, sob as categorias de empréstimos e recebíveis e disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

2.2.2 - Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para a venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio líquido.

2.2.3 – Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado

2.3 - Contas a receber de clientes e outros recebíveis

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da prestação do serviço menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidencia objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.4 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Essa provisão é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

Para fins de cálculo da provisão para devedores duvidosos, foram considerados os títulos públicos e privados vencidos a mais de 180 dias, por serem estes classificados como de difícil recebimento.

2.5 - Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto sanitário são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem aos custos de reposição ou valores líquidos de realização.

2.6 - Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulante e não circulante são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos

2.7 - Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil, previstas para as companhias estaduais de saneamento básico. As principais taxas estão mencionadas na nota explicativa nº 8.

2.8 - Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e outras contas a pagar e parcelamento de impostos e de fornecedores.

(a) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(b) Parcelamentos de impostos

Os parcelamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor registrado e o valor efetivo a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os parcelamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento do parcelamento.

Os parcelamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, em função do prazo de vencimento das parcelas.

(c) Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.9 - Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos e contribuições sociais

Atualizados pelos encargos financeiros até a data do balanço.

2.10 – Provisões

As provisões tributárias e demandas judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

2.11 - Demais passivos circulantes e não circulantes

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

2.12 - Capital Social

As ações são classificadas no patrimônio líquido.

2.13 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais monetárias são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão

auferidas. As mesmas são registradas como receita diferida, no Passivo Não Circulante, durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

2.14 - Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Companhia. A receita está apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

2.15 - Imposto de renda e contribuição social corrente e demais impostos federais

Os encargos do imposto de renda da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social determinados pelo regime do lucro real. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para o lucro excedente aos limites fiscais estabelecidos. A contribuição sobre o lucro líquido está constituída a alíquota de 9%.

Embasado ainda no pronunciamento técnico CPC 32, que trata dos tributos sobre o lucro, a Companhia registrou os efeitos das diferenças temporárias calculadas sobre as alíquotas de 25% (imposto de renda) e 9% (contribuição social) para o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa da contribuição social. Também foi constituída diferença temporária, considerando os mesmos percentuais de impostos citados anteriormente, sobre as provisões para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias.

Os encargos de Programa Integração Social – PIS e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, como a seguir:

- Programa Integração Social – PIS: alíquota de 1,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS: alíquota de 7,60%.

2.16 – Reclassificações realizadas

Para fins de publicação, no exercício de 2015 a Companhia reclassificou despesas financeiras registradas no exercício de 2014 para o grupamento de despesas administrativas no montante de R\$ 4.602.311, para melhor apresentação de saldos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

3.1 – Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa	107.580	12.550
Depósitos bancários em conta corrente	4.776.103	18.853.428
Aplicações financeiras	54.124.037	57.775.272
	<u><u>59.007.720</u></u>	<u><u>76.641.250</u></u>

A Companhia mantém os recursos próprios provenientes de sua atividade aplicados em Certificados de Depósito Bancário – CDBs, títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. No exercício de 2015 as receitas financeiras provenientes dessas aplicações totalizaram R\$ 5.089.017 (2014 – R\$ 4.608.385).

Nos exercícios de 2015 e de 2014, a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 – Movimentação das aplicações financeiras

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo inicial	57.775.272	61.078.308
Novas aplicações	421.830.121	346.710.927
Rendimentos	5.089.017	4.608.385
Resgates	<u>(430.570.372)</u>	<u>(354.622.349)</u>
Saldo final	<u>54.124.037</u>	<u>57.775.272</u>

Os ativos financeiros incluem somente valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira. Nenhum destes valores está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

4. Contas receber de clientes e outros recebíveis

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Circulante</u>		
Recebíveis dos serviços de água e esgoto	285.199.281	256.797.420
Parcelamentos de conta de água e esgoto	25.915.620	7.393.260
Prestação de outros serviços	22.436.050	9.494.338
Financiamentos de serviços	2.288.400	2.200.317
Arrecadação em processo de classificação	1.391.387	4.581.588
(-) Pagamentos em duplicidade	(206.351)	(5.593.347)
(-) Outros valores	(2.186.309)	(2.365.679)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(248.165.784)</u>	<u>(212.650.221)</u>
	<u>86.672.294</u>	<u>59.857.675</u>
<u>Não circulante</u>		
Parcelamentos de contas de água e esgoto	4.659.772	4.371.387
Financiamentos de serviços	738.260	69.847
	<u>5.398.032</u>	<u>4.441.234</u>
Total	<u>92.070.327</u>	<u>64.298.909</u>

Os vencimentos dos recebíveis dos serviços de água e esgoto são como seguem:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
A Vencer	22.902.573	21.853.578
Vencidos de 01 a 30 dias	21.216.737	19.210.443
Vencidos de 31 A 60 dias	14.054.422	12.185.812
Vencidos de 61 A 90 dias	9.399.662	7.462.924
Vencidos de 91 A 120 dias	7.278.821	5.914.323
Vencidos de 121 A 180 dias	12.622.917	9.123.734
Vencidos acima de 181 dias	253.701.419	211.539.573
	<u>341.176.551</u>	<u>287.290.388</u>

As contas a receber de clientes e demais recebíveis são provenientes dos faturamentos de serviços de fornecimento de água, esgotamento sanitário, além de parcelamentos de contas realizados junto aos consumidores. Em 2015 a companhia não registrou Ajuste a Valor Presente – AVP para grupamento de parcelamentos (em 2014 o Ajuste a Valor Presente – AVP foi realizado no valor de R\$ 136.640). As contas a receber são mantidas apenas em reais, não havendo contas a receber em moeda estrangeira.

5. Estoques

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Materiais em almoxarifado	22.803.442	33.576.055
Materiais em trânsito	3.459.070	4.218.537
	<u>26.262.512</u>	<u>37.794.592</u>

6. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - Lei 9.430/96	50	-
Programa de Integração Social (Pis) - Lei 10.637/02	1.061.140	44.498
Cont. Financ. Segur. Social (Cofins) - Lei 10.833/03	4.887.675	94.199
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Recuperar	1.263.798	4.981.108
Cont. Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a Recuperar	207.752	1.337.242
Tributo pago a maior (Parcelamento Lei No. 12.996)	609.664	-
	<u>8.030.079</u>	<u>6.457.047</u>

7. Créditos fiscais

A Companhia reconheceu créditos compensáveis com lucros tributários futuros, calculados sobre prejuízos e provisões temporariamente não dedutíveis, controlados na parte “B” do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, em contrapartida ao resultado do período, nos montantes abaixo especificados:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Prejuízo fiscal - Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	21.258.532	19.075.376
Créditos inter temporais - Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	7.596.177	4.617.313
Prejuízo fiscal - Contribuição social s/Lucro Líquido (CSLL)	1.544.520	1.620.422
Créditos inter temporais - Contribuição social s/Lucro Líquido (CSLL)	2.734.624	1.662.233
	<u>33.133.853</u>	<u>26.975.343</u>

8. Imobilizado

O imobilizado está assim distribuído:

	Taxas de Depreciação	2015		2014
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Custo Líquido
Em Operação				
Sistemas de abastecimento de água	2% a 10%	470.869.861	(314.331.663)	156.538.198
Sistemas de esgoto sanitário	2% a 10%	293.703.978	(74.163.040)	219.540.938
Bens de uso geral	10% a 25%	67.740.969	(34.262.462)	33.478.507
		<u>832.314.809</u>	<u>(422.757.165)</u>	<u>409.557.643</u>
Em Andamento				
Sistemas de abastecimento de água		215.062.073	-	215.062.073
Sistemas de esgoto sanitário		212.454.992	-	212.454.992
Estoques de obras		23.566.690	-	23.566.690
		<u>451.083.755</u>	<u>-</u>	<u>451.083.755</u>
		<u>1.283.398.564</u>	<u>(422.757.165)</u>	<u>860.641.399</u>

A mutação do imobilizado ocorrida entre os exercícios de 2014 e 2015 foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2014	(+) Adições ocorridas	(+) Depreciações apuradas	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2015
Imobilizado Técnico					
Custo					
Sistemas de abastecimento de água	453.492.416	17.378.105	-	-	470.870.521
Sistemas de esgoto sanitário	268.821.904	24.882.074	-	-	293.703.978
Bens de uso geral	54.513.927	13.227.042	-	-	67.740.969
	<u>776.828.246</u>	<u>55.487.221</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>832.315.468</u>
Depreciação Acumulada					
Sistemas de abastecimento de água	(293.374.112)	-	(20.957.552)	-	(314.331.663)
Sistemas de esgoto sanitário	(64.487.736)	-	(9.675.304)	-	(74.163.040)
Bens de uso geral	(31.805.373)	-	(2.457.748)	-	(34.263.121)
	<u>(389.667.221)</u>	<u>-</u>	<u>(33.090.604)</u>	<u>-</u>	<u>(422.757.825)</u>
Imobilizado Técnico Líquido	<u>387.161.026</u>	<u>55.487.221</u>	<u>(33.090.604)</u>	<u>-</u>	<u>409.557.643</u>
Imobilizado em Andamento					
Sistemas de abastecimento de água	193.386.894	21.675.179	-	-	215.062.073
Sistemas de esgoto sanitário	186.835.790	25.619.202	-	-	212.454.992
Bens de uso geral	-	-	-	-	-
Estoques de obras	21.656.128	1.910.561	-	-	23.566.690
Total de Imobilizado em Andamento	<u>401.878.813</u>	<u>49.204.942</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>451.083.755</u>
Imobilizado Total	<u>789.039.838</u>	<u>104.692.164</u>	<u>(33.090.604)</u>	<u>-</u>	<u>860.641.399</u>

9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar da Companhia estavam assim dispostos nas datas de encerramento de balanço:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Programa Planasa	-	16.244.709
Recursos próprios - outros programas	32.021.243	18.831.067
Serviços prestados por terceiros	-	6.810.159
Depósitos e retenções contratuais	537.675	654.003
Outras contas a pagar	-	525
	<u>32.558.919</u>	<u>42.540.463</u>

Os saldos dos principais fornecedores no ano de 2015 foram os seguintes:

Recursos próprios - outros programas

<u>Nome do Fornecedor</u>	<u>31/12/2015</u>
Companhia Energética do RN - COSERN	7.698.427
Saint-Gobain Canalizações Ltda.	3.067.303
Construtora Cristal Ltda.	2.339.173
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca	1.365.122
Empresa de Construções Civas Ltda..	1.075.836
Certa Construções Civas e Ind. Ltda.	1.040.242
BD Energia Ltda.	834.342
Hapvida Assistencia Médica Ltda.	790.982
Coengen-Comércio e Engenharia Ltda.	681.368
Asperbras Nordeste Irrigação Ltda.	677.986
Construtora A Gaspar S/A.	639.016
H1 projetos & Construções Ltda.	570.095
Beraca Sabara Químicos e Ingred. Ltda.	566.531
Dois A Engenharia e Tecnologia Ltda.	559.478
Actaris Ltda.	518.691
Cível Engenharia Ltda.	427.030
Hidroconsult Estudos e Projetos S/A.	389.017
Hidroplast Indústria e Comércio Ltda.	314.605
Agência Reguladora de Saneamento do Município de Natal	289.151
Aquamec Equipamentos Ltda.	285.708
BB Previdência Fundo de Pensão do Banco Brasil	239.412
Nortec Norte Engenharia Civil Ltda.	217.960
Center Luz Materiais Elétricos Ltda	188.872
Angolini & Angolini Ltda.	175.900
Petrofisa do Brasil Ltda.	173.843
RS Comercial Industrial de Tubos Ltda.	171.032
Editora O Diário S/A.	150.967
Infotec Consultoria e Planejamento Ltda.	144.822
Subtotal	<u>25.592.914</u>
Demais fornecedores (cerca de 950 cadastrados)	<u>6.428.329</u>
Total geral	<u>32.021.243</u>

10. Empréstimos e financiamentos

A Companhia e o Banco do Brasil mantém contrato de empréstimo tipo *Finame* para a aquisição de máquinas, equipamentos e veículos pesados. Durante o exercício social de 2015, ocorreram liberações que montam R\$ 9.581.658. A movimentação ocorrida e seus respectivos aspectos serão apresentados a seguir:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total
Banco do Brasil S/A.	4.569.956	10.385.336	14.955.293	2.196.699	7.613.768	9.810.466
	4.569.956	10.385.336	14.955.293	2.196.699	7.613.768	9.810.466

As mutações ocorridas no período referente aos empréstimos e financiamentos da Companhia estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2014	(+) Liberações	(-) Amortizações	(+) Juros / Var. Monetária	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2015
<u>CIRCULANTE</u>						
Banco do Brasil S/A.	2.196.699	9.581.658	(5.188.099)	751.267	(2.771.569)	4.569.956
	2.196.699	9.581.658	(5.188.099)	751.267	(2.771.569)	4.569.956
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
Banco do Brasil S/A.	7.613.768	-	-	-	2.771.569	10.385.336
	7.613.768	-	-	-	2.771.569	10.385.336
Total	9.810.466	9.581.658	(5.188.099)	751.267	-	14.955.293

A Companhia vem realizando os pagamentos das parcelas de amortizações junto ao Banco do Brasil S/A. em dia e vem atualizando os saldos devedores com base nos encargos financeiros pactuados nos contratos.

11. Obrigações tributárias

	31/12/2015	31/12/2014
<u>Impostos e contribuições a recolher</u>		
Programa de Integração Social (PIS)	410.552	52.563
Cont. Financ. da Seguridade Social (COFINS)	1.907.406	241.880
Imposto sobre Serviços (ISS)	1.720.354	1.856.439
Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)	1.282.341	1.282.341
	5.320.652	3.433.223
<u>Impostos retidos a recolher</u>		
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	36.880	27.362
Programa de Integração Social (PIS)	26	26
INSS Retido s/ cessão de mão-de-obra de Terceiros Pessoa Física	723.980	971.474
PIS/PASEP retido - Lei 10.833/03	27.103	13.360
COFINS retido - Lei 10.833/03	90.611	27.186
CSLL retido - Lei 10.833/03	29.892	8.728
	908.493	1.048.136
<u>Provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social</u>		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	1.633.185
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	-	596.029
	-	2.229.214
	6.229.145	6.710.573

12. Obrigações sociais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Folha de pagamento e encargos</u>		
Salários a pagar dos funcionários e estagiários	2.012.834	87.452
Honorários a pagar	-	1.023
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.329.198	956.536
Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)	3.015.764	2.879.964
Contribuição Sindical	2.053	1.096
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	716.537	513.263
Sesi / Senai / Sebrae	470.332	470.332
Consignações a recolher	<u>1.330.517</u>	<u>1.064.750</u>
	<u>8.877.236</u>	<u>5.974.417</u>
Férias e encargos	<u>11.084.159</u>	<u>11.111.815</u>
	<u>19.961.395</u>	<u>17.086.232</u>

13. Parcelamentos de impostos

Os parcelamentos de impostos estão representados pelo Parcelamento Especial – PAES mantido junto a Secretaria da Receita Federal e tiveram sua consolidação oficializada durante o exercício social de 2014. Em 31/12/2015 os saldos são os seguintes:

	<u>31/12/2015</u>			<u>31/12/2014</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não-Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não-Circulante</u>	<u>Total</u>
Parcelamento da Lei No. 12.996/2014	-	-	-	1.169.427	4.271.311	5.440.738
Parcelamento da Lei No. 11.941/2009	360.940	3.411.015	3.771.955	360.940	3.771.955	4.132.895
	<u>360.940</u>	<u>3.411.015</u>	<u>3.771.955</u>	<u>1.530.366</u>	<u>8.043.267</u>	<u>9.573.633</u>

As mutações ocorridas no período referente aos processos de parcelamentos da Companhia estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2014	(+) Ingressos	(-) Amortizações	(+) Juros / Var. Monetária	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2015
<u>CIRCULANTE</u>						
Parcelamento da Lei No. 12.996/2014	1.169.427		(5.487.101)	46.363	4.271.311	-
Parcelamento da Lei No. 11.941/2009	360.940		(376.993)	16.053	360.940	360.940
	<u>1.530.366</u>	-	<u>(5.864.094)</u>	<u>62.416</u>	<u>4.632.251</u>	<u>360.940</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
Parcelamento da Lei No. 11.941/2009	4.271.311	-	-	-	(4.271.311)	-
Parcelamento da Lei No. 11.941/2009	3.771.955	-	-	-	(360.940)	3.411.015
	<u>8.043.267</u>	-	-	-	<u>(4.632.251)</u>	<u>3.411.015</u>
Total	<u>9.573.633</u>	<u>-</u>	<u>(5.864.094)</u>	<u>62.416</u>	<u>-</u>	<u>3.771.955</u>

14. Parcelamento Cosern

	<u>31/12/2015</u>			<u>31/12/2014</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não-Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não-Circulante</u>	<u>Total</u>
Cosern Contrato 2016/CCE/04	13.670.276	126.604.458	140.274.734	10.729.669	126.746.452	137.476.121
	<u>13.670.276</u>	<u>126.604.458</u>	<u>140.274.734</u>	<u>10.729.669</u>	<u>126.746.452</u>	<u>137.476.121</u>

As mutações ocorridas no período referente aos processos de parcelamentos mantidos junto a Cosern estão descritas abaixo:

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN

	Saldo em 31/12/2014	(+) Ingressos	(-) Amortizações	(+) Juros / Var. Monetária	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2015
CIRCULANTE						
Cosern Contrato 2016/CCE/04	10.729.669	-	(18.686.359)	7.956.690	13.670.276	13.670.276
	10.729.669	-	(18.686.359)	7.956.690	13.670.276	13.670.276
NÃO CIRCULANTE						
Cosern Contrato 2016/CCE/04	126.746.452	-	-	13.528.283	(13.670.276)	126.604.458
	126.746.452	-	-	13.528.283	(13.670.276)	126.604.458
Total	137.476.121	-	(18.686.359)	21.484.972	-	140.274.734

15. Provisões para demandas judiciais

A Companhia adota a prática contábil de registrar as provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus Assessores Jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

15.1 – Provisões

A Companhia acredita que os montantes de provisões para ações cíveis, trabalhistas e tributárias registrados são suficientes para cobrir as perdas prováveis, e os saldos apresentavam-se com os seguintes valores:

	31/12/2015	31/12/2014
<u>Provisões para demandas judiciais</u>		
Questões trabalhistas	14.505.542	4.564.352
Questões cíveis	12.517.878	13.904.898
Questões Tributárias	3.361.288	-
	30.384.709	18.469.251
<u>Depósitos judiciais</u>		
Judiciais	(838.859)	(959.368)
	(838.859)	(959.368)
(=) Saldo Líquido	29.545.850	17.509.883

15.2 – Passivos Contingentes

A Companhia suportada por opinião de seus Assessores Jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para essas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações cíveis, trabalhistas e tributárias em 31 de dezembro de 2015, é a seguinte:

	31/12/2015
Questões trabalhistas	8.000.000 (a)
Questões cíveis	514.928
Questões Tributárias	-
	8.514.928

(a) em decorrência da Ação Civil Pública No. 0000886.75.2014.0041, que trata da jornada de trabalho dos empregados advogados da Companhia, e discute o pagamento de horas extras retroativas e indenização por dano moral coletivo.

16. Receita diferida

Durante o exercício de 2015 e 2014 a Companhia optou por registrar no grupamento do “Passivo Não Circulante – Receita diferida” os valores provenientes de repasses do Orçamento Geral da União – OGU recebidos a título de convênios para construção de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios do Estado do Rio Grande do Norte.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Receita de subvenções</u>		
Convênios com o Governo federal	138.054.948	65.502.912
	<u>138.054.948</u>	<u>65.502.912</u>
<u>Outros créditos de subvenções - Bloqueios judiciais de convênios (*)</u>		
Governo federal	(429.390)	(1.820.685)
	<u>(429.390)</u>	<u>(1.820.685)</u>
(=) Saldo Líquido	<u>137.625.558</u>	<u>63.682.227</u>

(*) referem-se a saldos de bloqueios judiciais realizadas nas contas dos convênios em função de processos movidos contra o Governo do Estado.

17. Patrimônio líquido

17.1 - Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está representado pelas seguintes ações assim distribuídas:

	<u>31/12/2015</u>		<u>31/12/2014</u>	
	<u>Quantidade de Ações</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade de Ações</u>	<u>%</u>
Ordinárias	852.558.968	99,98%	833.414.797	99,98%
Preferenciais	156.909	0,02%	156.909	0,02%
	<u>852.715.877</u>	<u>100,00%</u>	<u>833.571.706</u>	<u>100,00%</u>

As ações preferenciais têm direito a prioridade na distribuição de dividendos mínimos não cumulativos, de 6% ao ano e prioridade no caso de liquidação e no reembolso do capital sem direito a prêmio, bem como participação, sem restrições no aumento do capital e decorrentes da capitalização de recursos e lucros.

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte participa com 94,48% e o Banco do Estado do Rio Grande do Norte – BANDERN (em liquidação judicial), participa com 5,35% das ações ordinárias da Companhia. Os demais 0,17% de ações ordinárias estão divididas entre a União, órgãos estaduais e municipais e pessoas físicas. As ações preferenciais são integralmente da União.

17.2 - Reserva de capital

A reserva de capital compreende incentivos fiscais e doações recebidas pela Companhia em exercícios anteriores e que poderá ser utilizada apenas para aumento de capital

17.3 - Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2015, compreende dos valores recebidos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (acionista majoritário), durante o exercício social de 2015 e que deverá ser capitalizado no exercício social de 2016.

17.4 - Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro (prejuízo) básico e o diluído por ação são iguais.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(6.788.639)	4.871.679
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	852.558.968	833.414.797
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (reais por ação)	<u>(0,008)</u>	<u>0,0058</u>

18. Receita líquida

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas diretas de serviços de abastecimento d'água		
Tarifa residencial	342.400.284	315.384.251
Tarifa comercial	33.517.492	30.725.994
Tarifa industrial	7.934.660	8.051.040
Órgãos públicos	34.331.361	31.631.592
	<u>418.183.797</u>	<u>385.792.878</u>
Receitas indiretas de serviços de abastecimento d'água		
Ligações	2.380.256	2.282.037
Acréscimo por impontualidade	12.979.170	11.931.070
Religações e sanções	3.281.337	2.424.331
Contribuição para hidrometria	42.342	45.850
Ampliações	44.900	118.316
Outras receitas indiretas	5.730.029	3.189.597
	<u>24.458.034</u>	<u>19.991.201</u>
Total das receitas serviços de abastecimento d'água	442.641.831	405.784.079
Receitas diretas de serviços de esgotos		
Tarifa residencial	48.053.864	42.598.169
Tarifa comercial	16.884.381	14.291.459
Tarifa industrial	12.166.666	12.313.849
Órgãos públicos	8.890.161	7.956.789
	<u>85.995.073</u>	<u>77.160.266</u>

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN

Receitas indiretas de serviços de esgotos

Ligações	143.434	164.810
Ampliações	105.041	72.219
	<u>248.475</u>	<u>237.029</u>

Total das receitas de serviços de esgotos **86.243.548** **77.397.294**

Total do faturamento bruto de água e esgoto **528.885.379** **483.181.373**

Demais receitas

Locação de imóveis	128.687	122.950
Venda de bens do Imobilizado	247.470	-
Taxa de cadastro de fornecedores	13.680	5.090
Outras receitas	-	10.700
	<u>389.837</u>	<u>138.740</u>

Total das receitas brutas **529.275.216** **483.320.113**

(-) Deduções de impostos sobre receitas

COFINS sobre receitas	(39.642.906)	(35.822.971)
PIS sobre receitas	(8.581.687)	(7.777.356)

Total **(48.224.593)** **(43.600.327)**

Receita operacional líquida **481.050.623** **439.719.787**

19. Custo dos serviços prestados

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Sistema de abastecimento de água		
Despesas com pessoal	(90.539.160)	(74.670.230)
Despesas com material	(26.022.971)	(30.809.357)
Serviços de terceiros	(111.678.030)	(95.052.840)
Despesas gerais	(3.920.288)	(1.515.177)
Depreciação e amortização	(20.957.552)	(20.282.581)
	<u>(253.118.000)</u>	<u>(222.330.185)</u>
Sistema de esgoto sanitário		
Despesas de pessoal	(19.763.196)	(15.825.598)
Despesas com material	(6.649.684)	(2.157.821)
Serviços de terceiros	(12.719.665)	(11.986.668)
Despesas gerais	(1.449.822)	(929.404)
Depreciação e amortização	(9.675.304)	(8.963.768)
	<u>(50.257.671)</u>	<u>(39.863.259)</u>
	<u>(303.375.671)</u>	<u>(262.193.444)</u>

20. Despesas administrativas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Despesas administrativas		(Reclassificado)
Despesas de unidade de estrutura orgânica		
Administração central e Regionais		
Despesas de pessoal	(43.274.458)	(40.468.628)
Despesas com material	(3.923.697)	(3.151.818)
Serviços de terceiros	(17.476.254)	(15.229.571)
Despesas gerais	(4.045.054)	(5.955.339)
	<u>(68.719.463)</u>	<u>(64.805.356)</u>

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN

Depreciação e amortização		
Depreciação	(2.457.748)	(2.840.349)
	<u>(2.457.748)</u>	<u>(2.840.349)</u>
Total das despesas administrativas	<u>(71.177.212)</u>	<u>(67.645.706)</u>
Despesas capitalizáveis		
Administração central		
Despesa de pessoal	(17.608.787)	(13.591.987)
Despesas com material	(178.085)	(349.857)
Serviços de terceiros	(5.345.086)	(5.537.966)
Despesas gerais	(288.574)	(270.245)
Total das despesas capitalizáveis	<u>(23.420.533)</u>	<u>(19.750.055)</u>
Provisão e reversão de provisão para contingências		
Cíveis	1.387.020	(8.973.679)
Trabalhistas	(9.941.190)	4.371.368
Tributárias	(3.361.288)	-
	<u>(11.915.458)</u>	<u>(4.602.311)</u>
Despesas não operacionais		
Despesa com pessoal a disposição	(24.007)	(130.950)
Total das despesas não operacionais	<u>(24.007)</u>	<u>(130.950)</u>
Ressarcimento com pessoal a disposição	11.983	72.785
Ressarcimento para pagamento Unimed/Hapvida	541.513	515.546
Ressarcimento do IASAN	-	84
Por uso/danos propriedade da empresa	20.560	9.618
Outros ressarcimentos	1.339.084	1.135.442
Ressarcimento de vale transporte	105.878	144.466
Ressarcimento de multas de trânsito	7.939	3.741
	<u>2.026.956</u>	<u>1.881.682</u>
Total geral das despesas administrativas	<u>(104.510.254)</u>	<u>(90.247.339)</u>

21. Despesas comerciais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Administração central e Regionais</u>		
Despesas de pessoal	(25.018.601)	(23.382.700)
Despesas com material	(163.241)	(415.470)
Serviços de terceiros	(9.361.331)	(9.182.323)
Despesas gerais	(1.325.596)	(1.035.595)
	<u>(35.868.769)</u>	<u>(34.016.088)</u>
Perdas na realização de créditos	(23.439.703)	(27.551.165)
Baixa de ativos de contas a receber	-	(673.922)
Ajuste a valor presente	-	(136.640)
Total das despesas comerciais	<u>(59.308.471)</u>	<u>(62.377.814)</u>

22. Receitas financeiras

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos de aplicações financeiras	5.089.017	4.608.385
Descontos recebidos	62.182	112.456
Total das receitas financeiras	<u>5.151.199</u>	<u>4.720.840</u>
<u>Receitas de variação monetária</u>		
Juros ativos	712.318	723.571
Receitas de variação monetária	<u>712.318</u>	<u>723.571</u>
Total das receitas financeiras	<u><u>5.863.517</u></u>	<u><u>5.444.412</u></u>

23. Despesas financeiras

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
		(Reclassificado)
<u>Despesas de financiamentos internos</u>		
Despesas de financiamentos	-	(885.494)
Juros e taxas	(23.034.664)	(8.806.906)
Correção monetária	-	(8.285.837)
Total das despesas de financiamentos internos	<u>(23.034.664)</u>	<u>(17.978.237)</u>
<u>Despesas tributárias</u>		
Impostos	(19.165)	(855.591)
Imposto sobre a Propriedade e Território Urbano (IPTU)	(992)	(22.320)
Taxas	(91.088)	(126.662)
Taxa de concessão municipal	(3.149.616)	(1.863.249)
Total das despesas tributárias	<u>(3.260.861)</u>	<u>(2.867.822)</u>
<u>Outras despesas</u>		
Juros extra financiamento	(1.476.128)	(1.233.665)
Multas extra financiamento	(1.531.686)	(2.114.860)
Taxa extra refinanciamento	(2.168)	-
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) s/ aplicações financeiras	(52)	(42)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(194.294)	(83.195)
Outras despesas	<u>(3.204.328)</u>	<u>(3.431.762)</u>
Total das despesas financeiras	<u><u>(29.499.852)</u></u>	<u><u>(24.277.821)</u></u>

24. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os valores de imposto de renda e contribuição social registrados no resultado em 2015 e 2014 podem ser demonstrados como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Imposto de Renda</u>		
Provisão constituída para o Imposto de Renda (24.1)	(553.287)	(2.023.373)
Diferença Temporária Imposto de Renda (24.2)	2.725.372	1.150.577
	<u>2.172.085</u>	<u>(872.796)</u>
<u>Contribuição Social</u>		
Provisão constituída para a Contribuição Social (24.3)	(177.105)	(737.514)
Diferença Temporária Contribuição Social (24.4)	996.489	414.208
	<u>819.385</u>	<u>(323.306)</u>
	<u><u>2.991.469</u></u>	<u><u>(1.196.102)</u></u>

24.1 - Composição do cálculo do Imposto de Renda

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Resultado Contábil	(9.780.108)	6.067.780
Ajuste RTT	-	136.640
Resultado Contábil após RTT	(9.780.108)	6.204.420
(+) Adições		
Provisões para Contingências	11.915.458	4.602.311
Outras despesas indedutíveis - Devolução de doações	193.661	874.463
Gratificação dos Diretores	568.718	280.389
Multas	482.174	35.880
	13.160.011	5.793.042
(-) Exclusões		
Contribuições e doações recebidas	-	(10.500)
	-	(10.500)
Lucro Real	3.379.902	11.986.962
Compensação do prejuízo fiscal (30% do Lucro Real)	(1.013.971)	(3.596.089)
Lucro Real Após Compensação do prejuízo fiscal	2.365.932	8.390.874
% Imposto de Renda Normal	15%	15%
Imposto de Renda Normal a pagar	354.890	1.258.631
Adicional Imposto de Renda	2.365.932	8.390.874
(-) Dedução permitida	(240.000)	(240.000)
Base de cálculo Adicional Imposto de Renda	2.125.932	8.150.874
% Adicional Imposto de Renda	10%	10%
Adicional Imposto de Renda a pagar	212.593	815.087
Imposto de Renda do período	567.483	2.073.718
(-) Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) (4% do imposto do período)	(14.196)	(50.345)
Imposto de Renda do período após incentivo PAT	553.287	2.023.373

24.2 - Cálculo da Diferença Temporária do Imposto de Renda

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Base de Cálculo p/ Diferença Temporária s/ Contingências constituídas</u>		
Valor líquido das provisões de contingências	11.915.458	4.602.311
Alíquota do Imposto de Renda	25%	25%
Valor da diferença temporária IRPJ	2.978.865 (a)	1.150.577
<u>Base de Cálculo p/ Diferença Temporária s/ Prejuízo Fiscal compensado</u>		
Valor líquido do prejuízo fiscal utilizado	(1.013.971)	-
Alíquota do Imposto de Renda	25%	25%
Valor da diferença temporária IRPJ	(253.493) (a)	-
Diferença Temporária registrada para Imposto de Renda (somatório da (a))	2.725.372 (a)	1.150.577

24.3 - Composição do cálculo da Contribuição Social

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Resultado Contábil	(9.780.108)	6.067.780
Ajuste RTT	-	136.640
Resultado Contábil após RTT	(9.780.108)	6.204.420
(+) Adições		
Provisões para Contingências	11.915.458	4.602.311

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN

Outras despesas indedutíveis - Devolução de doações	193.661	874.463
Multas	482.174	35.880
	12.591.293	5.512.653
(-) Exclusões		
Contribuições e doações recebidas	-	(10.500)
	-	(10.500)
Lucro Real	2.811.184	11.706.573
Compensação da base de cálculo negativa (30% do Lucro Real)	(843.355)	(3.511.972)
Lucro Real Após Compensação do prejuízo fiscal	1.967.829	8.194.601
% Contribuição Social	9%	9%
Contribuição Social do período	177.105	737.514

24.4 - Cálculo da Diferença Temporária da Contribuição Social

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Base de Cálculo p/ diferença temporária s/ Contingências constituídas</u>		
Valor líquido das provisões de contingências	11.915.458	4.602.311
Alíquota do CSLL	9%	9%
Valor da diferença temporária CSLL	1.072.391 (b)	414.208
<u>Base de Cálculo para diferença temporária s/ Base de Cálculo Negativa compensada</u>		
Valor líquido da base de cálculo negativa utilizado	(843.355)	-
Alíquota do IR	9%	9%
Valor da diferença temporária CSLL	(75.902) (b)	-
Diferença Temporária registrada para Contribuição Social (somatório da (b))	996.489	414.208

25. Contingências fiscais

As declarações de rendimentos e demais encargos resultantes das operações da Companhia estão sujeitas a exames por parte das autoridades fiscais, dentro dos prazos prescricionais.

26. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

a) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado.

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a risco de crédito, risco de liquidez e risco taxa de juros.

- (I) *Risco de crédito* – é o risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, principalmente contas a receber. O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer em face de eventuais perdas na sua realização.
- (II) *Risco de liquidez* - A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente dos serviços de água e esgoto. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa (Nota 03)
- (III) *Risco de taxas de juros* – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do CDI;

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

27. Eventos subsequentes

Em 24 de fevereiro de 2015, o Supremo Tribunal Federal, através do relator do processo, Ministro Luiz Fux, emitiu Recurso Extraordinário de No. 858.893 que confere à Companhia imunidade tributária sobre os impostos de âmbito federal. Conforme trecho do referido recurso, a Suprema Corte pacificou a questão no sentido de que a imunidade tributária recíproca alcança as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos. O Supremo Tribunal Federal tem acolhido, excepcionalmente, a possibilidade de conferir a imunidade recíproca às empresas públicas e sociedades de economia mista, prestadoras de serviço público essencial, fora do regime de concorrência e que não distribuem lucros aos investidores públicos e privados. Em 18 de março de 2015, a Fazenda Nacional interpôs agravo regimental e aguarda julgamento desde então.

Para ser efetivamente homologado em caráter definitivo e a Companhia passar a utilizar de tal benefício tributário, faz-se necessário que os demais ministros do Supremo Tribunal Federal acatem a decisão do juiz relator.

Conforme informado pelos Assessores Jurídicos externos, as decisões proferidas são, até o presente momento, todas favoráveis a Companhia. Portanto, a perspectiva dos assessores é de que durante o exercício de 2016 o êxito desse processo será concretizado e trará à Companhia os benefícios de caixa provenientes do não recolhimento de tributos federais a partir de um determinado período.

Ademais, não ocorreram novos eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de divulgação das demonstrações contábeis que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a situação financeira e os resultados da companhia.

DIRETORIA

Marcelo Saldanha Toscano

Diretor Presidente

Lindolfo Gomes Vidal Neto

Diretor Administrativo

Maria Helena Bezerra Cortez

Diretor Comercial e de Atendimento

Maria Geny Formiga de Farias

Diretor de Empreendimentos

João Alberto Dantas da Costa

Diretor de Operação e Manutenção

Anton Carlos Gondim Safieh

Diretor de Planejamento e Finanças

CONTADOR

Alex Souza da Costa

Contador – CRC – RN – 006783/O-5